

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE DIREITO**

THIAGO AUGUSTO REZENDE DA SILVA

A FAZENDA PÚBLICA E O PROCESSO JUSTO

**Juiz de Fora
2014**

THIAGO AUGUSTO REZENDE DA SILVA

A FAZENDA PÚBLICA E O PROCESSO JUSTO

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Fellipe Guerra David Reis.

Juiz de Fora

2014

THIAGO AUGUSTO REZENDE DA SILVA

A FAZENDA PÚBLICA E O PROCESSO JUSTO

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em...../...../..... pela banca composta por:

Prof. Fellipe Guerra David Reis – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Brahwlio Soares de Moura Ribeiro Mendes
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Mário Cesar da Silva Andrade
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda força concedida.

Ao meu orientador, Professor Fellipe David, pelo incentivo.

À minha família, pelo apoio e amor incondicional.

À Laila, por estar comigo em todos os momentos.

RESUMO

O estudo realizado nesta monografia pretende analisar as prerrogativas conferidas a Fazenda Pública em juízo, demonstrando em que pontos sua existência ofende princípios constitucionais que norteiam o ordenamento jurídico brasileiro. Utilizando fundamentos de renomados doutrinadores e apontando jurisprudências tanto na defesa dessas prerrogativas quanto no questionamento de sua existência, muitas vezes afirmando tratar-se de verdadeiros “privilégios”, será possível perceber se a Isonomia na prestação jurisdicional está sendo respeitada, desigualando a Fazenda Pública sob o fundamento do Interesse Público e na proteção do erário ou se tais garantias ofendem o Estado Democrático de Direito constituindo normas pautadas em autoritarismo. O estudo apontará duas soluções processuais, quais sejam, a Antecipação de Tutela e o respeito a Boa-Fé e Lealdade Processual, com a possível sanção da Fazenda Pública pela eventual litigância de Má-Fé.

Palavras Chave: Fazenda Pública - Prerrogativas Processuais - Isonomia.

ABSTRACT

The study in this thesis aims to analyze the prerogatives the Exchequer in court, demonstrating that points its existence offends constitutional principles that guide the Brazilian legal system. Using fundamentals of renowned scholars and pointing jurisprudence both in defense of those prerogatives as the questioning of its existence, often stating that it is true "privileges", you'll notice that the Equality in adjudication is being respected, equality the Public Finance under the grounds of public interest and the protection of the treasury or if such guarantees offend the democratic rule of law constituting norms guided by authoritarianism. The study will appoint two procedural solutions, namely, the Trusteeship Anticipation and compliance with the Good Faith and Loyalty Procedure, with the possible sanction of the Treasury for possible litigation in Bad Faith.

Keywords: Public Treasury - Procedural prerogatives - Equality.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	AS PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM CONFLITO COM O PROCESSO JUSTO	10
2.1	O Processo Justo: Origem	10
2.2	Garantias Fundamentais do Processo	10
2.2.1	Garantias individuais	11
2.2.2	Garantias Estruturais.....	12
2.3	“Privilégios Processuais da Fazenda Publica” e a garantia da Igualdade Concreta	12
2.3.1	A Fazenda Publica: Conceito e Capacidade Postulatória.....	12
2.3.2	A Fazenda Publica: Isonomia e Interesse Público.....	13
3	OS PRAZOS CONFERIDOS A FAZENDA PUBLICA EM JUÍZO	15
3.1	Argumentos favoráveis à constitucionalidade do artigo 188 do CPC	15
3.2	Argumentos favoráveis à inconstitucionalidade do art. 188 do CPC	16
4	DA PRESCRIÇÃO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA E A POLEMICA QUESTÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBÊNCIAS	18
4.1	Prescrição em Favor da Fazenda Publica	18
4.1.1	Interrupção da Prescrição em Favor da Fazenda Publica.....	18
4.1.2	Prescrição da pretensão de reparação civil em face da Fazenda Pública	19
4.1.3	Prescrição da pretensão em prestações de trato sucessivo	20
4.2	Honorários Sucumbências	20
4.2.1	Questionando o tratamento diferenciado conferindo a Fazenda Publica quanto aos honorários sucumbências.	21

5	REEXAME NECESSÁRIO COMO CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DAS SENTENÇAS CONTRA A FAZENDA PUBLICA	22
5.1	A Constitucionalidade do reexame necessário	22
5.2	A Inconstitucionalidade do reexame necessário	23
6-	DOS MEIOS PARA EQUIDADE PROCESSUAL	25
6.1	Tutelas de urgência contra a Fazenda Publica	25
6.1.1	Tutelas de Urgência	25
6.1.2	Tutelas de Urgência e Fazenda Pública	26
6.1.3	Ação de Declaração de Constitucionalidade n. 4 e o uso da proporcionalidade e ponderação por parte do julgador	27
6.1.4	O sistema de precatórios	28
6.2	A aplicação da boa-fé aos processos em face da Fazenda Pública	29
7	CONCLUSÃO	33
	BIBLIOGRAFIA	35